Economia & dialética: momento real e momento ideal

Maria Angélica Borges*

As fábricas e as manufaturas fundam sua existência precisamente na miséria de uma classe.

Realphilosophie Hegel

Na vida tem cada um sua fábrica, estes ficam aqui a levantar paredes, nós vamos a tecer vimes, arames e ferros, e também a recolher vontades, para que com tudo junto nos levantemos, que os homens são anjos nascidos sem asas, é o que há de mais bonito, nascer sem asas e fazê-las crescer, isso mesmo fizemos com o cérebro, se a ele fizemos, a elas faremos.

Memorial do Convento

José Saramago

I- Os estudos econômicos de Hegel

Uma fascinante fonte, contendo valiosas observações dialéticas, pode estar presente na investigação metodológica do pesquisador da ciência econômica, que se debruça sobre a gênese de sua disciplina. Trata-se dos escritos econômicos do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, nascido em Stuttgart no século XVIII, seis anos antes da Independência dos Estados Unidos da América do Norte, esta coeva à publicação do livro *A Riqueza das Nações*, do filósofo e economista escocês Adam Smith, e a nove anos distante da tomada da Bastilha na eclosão da Revolução Francesa.

Apaixonado pela busca da elucidação do movimento da realidade, este pensador vasculha todos os meandros do ser social, percorrendo os caminhos da

política, história, filosofia e também da economia. A determinação dos conceitos forjadores da intervenção do homem na natureza e na sociedade levam-no a mergulhar na intrincada relação do binômio liberdade e causalidade, intercalado com a necessidade; gerando um patamar privilegiado de indagações que, necessariamente, desembocariam na formulação do trabalho como posição teleológica.

Hegel é muito destacado por suas inúmeras contribuições à história do pensamento, porém a importância dos seus estudos econômicos não foi privilegiada, a nosso ver, para a grande maioria de seus estudiosos e comentaristas. Exceção feita ao filósofo Georg Lukács, que coloca no centro de suas preocupações em relação à obra hegeliana, a investigação tanto da economia como da filosofia. Para este pensador, traçar as reflexões econômicas do filósofo germano traz como conseqüência uma melhor apreciação do seu método e da relação deste com o seu sistema, problemática que reside no coração da dialética tedesca.

Tal itinerário jogaria um pouco mais de luz em importantes controvérsias, destacadamente a relação do pensamento de Hegel com a Ilustração, ou mesmo os debates de sua aproximação com o irracionalismo, como na problemática forma que Dilthey propagou. Mas, talvez, a maior ajuda que viria da pesquisa destas conexões entre a economia e a dialética hegeliana seria contemplar de forma mais rica e detalhada, a relação de Hegel com Marx, tanto no que os une como no que os separa. Esta nasce no meio de várias divergências dentro do pensamento do século XX, pois, de um lado, havia a necessidade de afastar da herança marxiana as teses produzidas pelo estalinismo, como uma grosseira simplificação, que via o hegelianismo como uma reação feudal contra a Revolução Francesa, como se pronunciou, por exemplo, Zdanov. Por outro lado, era necessário enfrentar o pensamento oficial nas hostes dos defensores do lógica do capital, que propunham a volta ao kantismo, com novas

cores, e mais, como superação da confusão estabelecida, segundo Schopenhauer, por Fichte, Schelling e Hegel.

Este quadro de contendas teve como chão fértil o período que viu nascer o imperialismo e suas guerras. As necessidades postas por suas contradições determinaram o renascimento do estudo da filosofia clássica alemã e a volta ao neokantismo não esgotava todas as demandas teóricas e ideológicas. Pois, mesmo mantendo-se o agnosticismo do filosofo de Koingsberg, era necessário tentar mostrar algo renovado; sendo assim o "renascimento" do debate filosófico neste período não é um passo adiante, mas sim o rebaixamento das contribuições hegelianas para uma reconstrução empobrecida de caráter neokantiano.

II - Economia política clássica e dialética

Hegel foi o filósofo que, na sua época e na sua região, obteve uma interessante e profunda análise do movimento francês no período napoleônico. Também estudou a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, procurando estabelecer as conexões da sua dialética com a economia clássica inglesa. Ao procurar entender os problemas econômicos daquele período avançou na elaboração de sua ontologia. Marx, nos seus escritos de juventude sobre economia política, sinalizou a grandeza da *Fenomenologia*, do filósofo de Stuttgart, ao conceber o processo de autoprodução do homem tendo na essência o trabalho, ou seja, o homem objetivo, verdadeiro porque real, como produto do seu próprio trabalho. Para o filósofo e economista da práxis, Hegel, na produção da dialética, fruto do idealismo objetivo, iguala-se em importância e profundidade, como contribuição científica, aos formuladores da economia política clássica de matriz inglesa.

Nesse sentido, este pensador segue a tradição dos grandes filósofos desde a Antigüidade, que já prestigiavam as conexões entre filosofia e economia. Sabemos que como Platão e Aristóteles, também Heráclito, passaram por estas questões. Porém, elas não estavam restritas ao mundo grego: no Oriente houve momentos de investigação econômica dentro do pensamento filosófico. Men-Tsé é um dos exemplos citados por Mandel.

Shumpeter realizou investigações sobre as origens do pensamento econômico e suas bases filosóficas. Nas suas páginas lemos, inclusive, que existe uma situação clássica, quando um resultado analítico, carregado de síntese, traz consigo a longa trajetória da reflexão humana. Recuperamos esta observação na medida em que simboliza o nosso esforço em apresentar a importância dos escritos econômicos hegelianos. Trata-se da parte de uma obra na qual os vários séculos aparecem através de um rico material das várias influências, provando a trajetória do pensamento filosófico entrelaçado com as questões ligadas à produção. No mesmo sentido das contribuições anteriores, cabe lembrar, entre outros, os nomes de Hobbes, Petty, Locke, Berkeley, Hume, dentro da escola inglesa, sem esquecer da fisiocracia francesa, com Turgot, Necker e, destacadamente, Quesnay.

Tendo o que precede como pano de fundo, podemos entender a obra hegeliana como síntese desta vasta trajetória do pensamento humano. Porém, uma inflexão torna-se necessária dentro deste contexto, que marca a genialidade tão propalada por vários estudiosos: é o grande passo em direção à a teoria do conhecimento, que significa a instauração da dialética no sentido da busca da concreção da análise científica. A incognoscibilidade do em-si torna a sua apreensão possível na determinação das várias componentes do movimento; essência e fenômeno passam a conviver na sua complexidade, sendo demonstrados enquanto

objetos do saber e da práxis.

Frente aos argumentos acima, para ficarmos restritos à tradição da era escrita, temos que os problemas econômicos acompanharam as indagações dos nossos pensadores ao longo dos séculos. Aqui, não há espaço para o detalhamento desta problemática tão afeita aos historiadores do pensamento econômico. Cada vez mais, novos e relevantes estudos surgem, elucidando esta relação: economia e filosofia, ajudando-nos a aprofundar a compreensão sobre a ciência da produção. Tão mais profícuo torna-se este estudo, melhor é e será a elucidação dos probelmas atuais vividos pela economia política. Como registro, o mencionado, por ora, é suficiente.

Retornando ao ponto essencial deste estudo, lembramos que Hegel percorreu várias fases na construção de seu método e do seu sistema. Inspirados na pena lukácsiana, destacamos dois períodos: o primeiro está circunscrito à sua estadia em Frankfurt (1793-1796), na qual surgem os primeiros estudos econômicos; no segundo, consideraremos a primeira fase em Jena (1801-1803), fase esta em que temos o desenvolvimento da percepção econômica do filósofo, assim como os seus limites, com destaque para a discussão sobre a categoria da teleologia.

Lukács lamenta os escassos recursos com os quais trabalha na reconstituição da obra hegeliana e, com relação aos primeiros estudos econômicos, esta realidade, infelizmente, não é diferente. Parte da culpa, segundo o pensador húngaro, recai na falta de sensibilidade dos discípulos de Hegel para com os problemas econômicos, pois mesmo a discussão que aparece na *Fenomenologia* não merece registro mais profundo. Com os dados que consegue, o autor de *História e Consciência de Classe* procura construir um desenho, lembrando-nos de que o atraso alemão joga seu papel na obra analisada, responsável pela marca idealista, "invertida", das conclusões obtidas pelo pensador alemão.

Mas, voltando para o enfoque econômico, como já dissemos, Hegel abraça a compreensão do processo britânico. Testemunho disto são os seus extratos dos periódicos ingleses. Nestes, vemos com que grande ansiedade o filósofo seguiu a discussão sobre *os impostos dos pobres* e a forma perversa que a aristocracia freava as massas despossuídas. Junto com estas anotações, temos uma descrição intensa do sistema prussiano das prisões. Portanto, percebemos a preocupação para com as leis da sociedade burguesa e o enfoque da riqueza material. Mais ainda, quando lembramos que os estudos não estavam circunscritos somente à vida econômica, mas avançavam na teoria da economia política.

A comprovação desta tese, para Lukács, é o provável estudo realizado pelo autor da *Ciência da Lógica* sobre Adam Smith durante sua estadia em Frankfurt.

Como resultado desta investigação, surge a problemática do trabalho como centro da atividade humana; também como a realização da identidade objetividade-subjetividade e, mais, como atividade que supera meramente o "morto" da objetividade. Finalmente, como motor do desenvolvimento, que faz do homem produto de sua própria elaboração prática. Estes pressupostos assumidos de forma tão contundente, explicitam o paralelismo da filosofia hegeliana com a economia clássica inglesa.

É certo que a base documental da relação smithiana com Hegel encontra-se nos manuscritos dos cursos de Jena, no que se refere às afirmações do economista escocês sobre o desenvolvimento das forças produtivas graças ao princípio da divisão do trabalho. Mas a inferência destacada acima é possível na letra de Lukács, em função do rigor com que recupera toda a trajetória hegeliana e as inúmeras fontes contempladas para justificar esta ousadia.

Avançando um pouco mais e já demarcando nossa tema em relação ao Hegel

do período do Jena, lembramos mais uma vez os rascunhos de Marx da fase juvenil e suas observações acerca dos avanços e limites das indagações hegelianas sobre a economia. Lukács cita Marx em uma importante passagem, na qual transparece tal fato:

Hegel assume o ponto de vista da moderna economia nacional. Concebe o *trabalho* como a essência do homem, como a essência sempre é a prova do homem; não vê mais que o aspecto positivo do trabalho, e não o seu lado negativo. O trabalho é o vir-a-ser do homem no sentido da *alienação*, ou seja como homem alienado (LUKÁCS, 1972:318).

O escritor germano não redigiu nenhum tratado de economia política como parte integrante do seu sistema filosófico. Suas concepções econômicas constituem parte de sua filosofia acerca do entendimento da sociedade, mas não constituem um paradigma em si mesmo, complementam o conjunto de suas reflexões. O que mais atrai Hegel nestas investigações é a possibilidade de incorporar os resultados da ciência econômica para o desvelamento dos problemas sociais, aprofundando com isto, o descobrimento das categorias dialéticas ocultas nas relações sociais. É a busca da totalidade destas relações que seduz o pesquisador inquieto da dialética. Nesta época, ainda é possível aos representantes da lógica do capital buscar esta integração. O isolamento em ciências autônomas, nas quais cada disciplina particular recebe um tratamento personalizado, já é uma especificidade da fase de decadência ideológica, após as Revoluções Democrático-Burguesas de 1848.

O Pensamento Renascentista e depois o seu herdeiro: o Iluminista, que corresponde à fase heróica da burguesia, a qual consolida o seu poder político nos países da via clássica de objetivação do capitalismo no século XVIII, do ponto de vista epstemológico, têm como disciplinas decisivas a matemática, a geometria e as ciências da natureza, especialmente a física. Neste sentido, a originalidade de Hegel é

surpreendente, indo além destes marcos e caminhando na direção da economia política.

A economia na escrita de Hegel avança para além dos contornos dados por Kant e Fichte, como demonstra Lukács. A economia é o modo de aparição mais imediato, primitivo e tangível da atividade social do homem. Nela, porém, desenrolam-se de modo mais fluido as categorias fundamentais da atividade. Desde o período de Frankfurt, ficou evidenciado que a concepção smithiana do trabalho, como categoria central da economia política, tinha produzido em Hegel uma impressão decisiva. A *Fenomenologia* é o coroamento, com a concepção da autoprodução do homem, da objetivação como desobjetivação e, também, como alienação e desalienação. Hegel contempla a esfera do trabalho humano, a esfera da atividade econômica, como o começo e o fundamento da filosofia prática.

Hegel com relação a ciência econômica é um partidário de Adam Smith. Antes da aparição da *Fenomenologia*, nas discussões do sistema da eticidade e nas lições de 1803-1804, há algumas apreciações sobre a economia, porém, sem uma sofisticação maior, como contém a primeira obra citada.

A filiação do pensador tedesco à escola smithiana está presente, por exemplo, na sua concepção de que o trabalho faz o homem, porque é meio de satisfação de seus desejos, rompendo assim com a imediata relação ser social e natureza. É o processo e hominização do indivíduo. Deduz, nesta apreciação dialética do trabalho, o papel da ferramenta. Está consciente de que o aperfeiçamento técnico do trabalho, através da sua divisão, é também o aperfeiçoamento das ferramentas. Constrói a dialética da universalização do trabalho e deduz o progresso técnico: "Suas exposições sobre a ferramenta e a máquina estão, como é natural, influenciadas até no detalhe por Adam Smith" (LUKÁCS: 1972: 327). Destarte, Hegel vê, pois, a economia capitalista tal

qual Smith, como um sistema que se desenvolve através da sua própria dinâmica e consegue superar os seus desajustes. Assim sendo, as perturbações têm suas origens em causas externas, eliminando do sistema econômico a possibilidade das crises. É o auto-movimento de um sistema de atividades humanas. Objetos que movem estas atividades e são movidos pelas mesmas; trata-se, em última instância do processo de alienação como forma da objetivação:

Estes múltiplos e diversos trabalhos das necessidades como coisas têm que realizar igualmente seu conceito, sua abstração; seu conceito geral tem que ser igualmente uma coisa como eles, porém que os represente a todos como geral. O dinheiro é este conceito material e existente, a forma da unidade ou da possibilidade de todas as coisas da necessidade (LUKÁCS, 1972:331).

Na determinação do conceito de valor, o escritor germano oscila entre a objetividade e a subjetividade, sem decidir-se em definitivo. Se de um lado afirma que o valor consiste na igualdade de uma coisa com outra, na abstração dessa igualdade como critério ideal e como preço no plano empírico, ou seja, o valor é igualdade como abstração. Por outro lado diz que o valor é a opinião que se possa ter de uma coisa ou da coisa-em-si. Mesmo assim, de forma contraditória, é notável o amadurecimento que as categorias filosóficas conhecem no contato com a teoria econômica nascente. E no centro destas investigações reconhecemos a conceituação da *teleologia*.

A mais imediata decorrência desta discussão é a correta determinação da **finalidade** como atividade humana prática, superando a separação mecânica da teoria e prática do idealismo subjetivo. Aqui, também, surge a ligação da teleologia do trabalho com as mediações que unem prática humana com progresso social. Está aberta uma passagem muito especial, que pode jogar um pouco mais de luz na busca da explicação do mundo por ele mesmo.

Desta perspectiva enxergamos em Hegel, graças às categorias da ação proporcionadas pela economia, um novo ângulo da visão sobre a liberdade como consciência e compreensão da necessidade. O conhecimento das leis causais é a possibilidade de fazê-las trabalhar para a obtenção de determinados fins. Lukács afirma que o par dialético liberdade/necessidade recebe em Hegel uma concreção, graças ao procedimento de tratá-lo como uma determinada conexão histórico-social. A luta de Hegel contra o idealismo subjetivo no terreno da ética é, antes de tudo, a crítica ao abstrato isolamento da liberdade separada da realidade. Ao converter o indivíduo e sua individualidade em fundamento do desvendamento da sociedade moderna e tentar concebê-lo com a ajuda das categorias da economia clássica, mostra a totalidade do movimento da sociedade como produto das atividades particulares (causais) dos indivíduos. Em harmonia com Adam Smith concebe necessidade e causalidade como temas fundamentais para a ciência. Todo este itinerário foi possível porque as concepções históricas de Hegel sobre a sociedade capitalista vão além da miséria alemã e avançam para os cenários revolucionários da França e da Inglaterra.

III - Momento Real e Momento Ideal

A análise lukácsiana, a partir das obras dos clássicos marxistas, sobre os escritos econômicos de Hegel, forjaram a matriz para abraçarmos a dialética da ontologia da idealidade a partir da categoria da teleologia.

A análise rigorosa das mediações postas entre o momento real e o momento ideal examina cuidadosamente o processo do trabalho como uma posição teleológica. Necessariamente, esta indicação nos coloca no âmbito do ser social e sua complexidade. A maneira pela qual a dialética de talhe marxiano dá conta deste

fenômeno é a formulação ontológica do homem partindo do ser da natureza como matriz genética.

O ser compõe-se nas suas três fases formativas: inorgânica, orgânica e social, gerando o par dialético natureza e sociedade, sendo a segunda derivada do primeira. Esta derivação transcorre a partir de um salto, não é uma derivação detutível no plano lógico, como uma experiência linear. Trata-se de um recuo da barreira natural; é a ruptura na continuidade, a duração na mudança, no processo de evolução do ser. O ser social pressupõe o ser natural, assim como mantém uma termitente integração com este — é o seu corpo inorgânico; portanto, o recuo se mostra como linha de desenvolvimento da sociedade.

Trata-se de um conhecimento aproximativo e cumulativo. Sendo assim, a ciência, cada vez mais, tem elucidado estas passagens, colocando as bases materialistas do pensamento humano mais próximas à concreção, afastando-nos das posturas agnósticas do empirismo ingênuo.

A partir destas reflexões, reconhecendo a complexificação do ser da natureza ficamos mais próximos ao nascimento do trabalho como dinâmica estruturante de um novo tipo de ser, pois a posição teleológica necessita encontrar um grau de amadurecimento da base orgânica que seja condizente com a sua acomodação e crescimento. A essência do trabalho "consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente" (LUKÁCS, 1978:4), sendo que o momento diferenciador das fases do ser é, justamente, a consciência, que deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica.

O processo laborativo enquanto postura teleológica coloca séries causais em andamento, respondendo às demandas postas pelas necessidades humanas. Porém, as respostas dadas avançam para a generalização, fugindo do imediato, transformando

em perguntas os próprios carecimentos. Dentro deste núcleo de pressupostos, vislumbramos a conotação marxiana de tornar a produção e reprodução da vida humana a questão central, enraízando no homem e em todas as suas relações, vínculos e liames, ambas as determinações; de um lado, uma plataforma natural contínua e, de outro, a sua transformação societária. A seguir veremos um trecho de Lukács referente às colocações de Marx sobre este tema:

"O trabalho, portanto, enquanto formador de valores-de-uso, enquanto trabalho útil, é a condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade; é uma necessidade natural e eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico com o homem e a natureza, ou seja a vida dos homens". Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação ... O homem que trabalha "utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade'. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que as propriedades, relações, vínculos, etc., existiam objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico (LUKÁCS, 1978:16).

O momento ideal, a atividade da consciência, traduz-se a partir da posição teleológica produzida no homem. O nosso ponto de partida é o complexo trabalho e teleologia, haja vista que este par, em toda a sua amplitude e desdobramento, realiza sua catarse na práxis humana como ato laborativo, criador da sociedade. Falar da concreção da teles é referir-se às realizações dos projetos humanos, dos atos que transpuseram a esfera do mero desejo — de uma vontade não efetivada —, que guarda no máximo um liame de espelhamento, de reflexo somente. Ou seja, da concreção de um desígnio, realizado como ato material. Na posição teleológica aparecem os projetos do homem que trabalha e que os realiza passando pela dialética entre momento ideal e momento real, enquanto movimento unitário indissolúvel.

Pensar a consciência fora dos indivíduos reais que trabalham é aludir a uma pretensa consciência sem liames sociais, sem possibilidade real de comprovação. Somente a práxis humana pode se apresentar como referência para a reflexão da consciência. Pensar o mundo e a consciência é estar em relação com o mundo através do trabalho

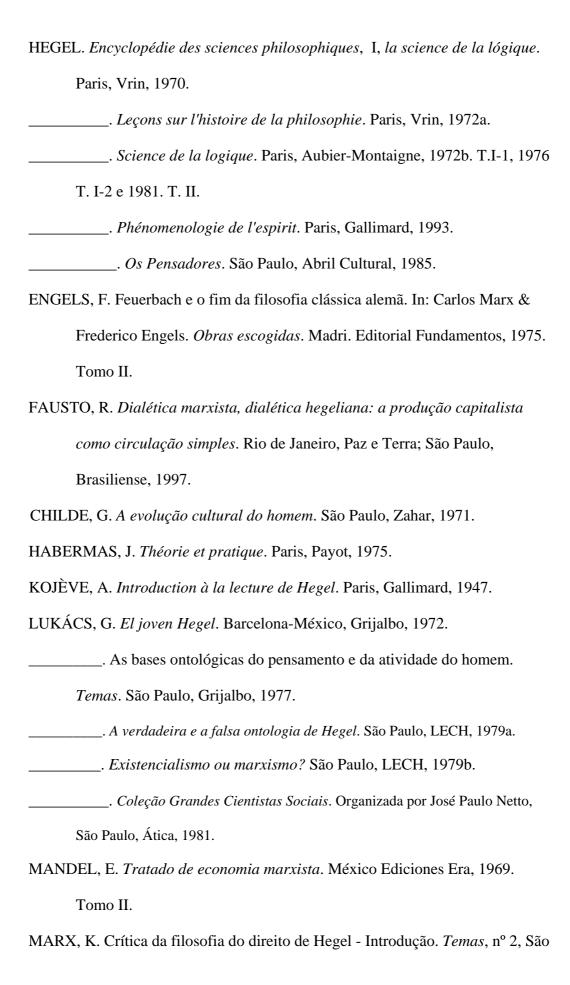
Nesta visão ontológica do mundo, a consciência espelha a realidade e instrumentaliza a intervenção do homem nessa mesma realidade; portanto, a consciência tem um poder real diante do ser. É uma força ativa do ser social — um instrumento de transformação através do trabalho, do homem e da natureza — na construção da sociedade. O surgimento do ser social é simultâneo ao aparecimento do trabalho, da linguagem, da cooperação, da divisão do trabalho e da consciência entendida como o momento ideal consubstanciado na posição teleológica. As posições teleológicas têm a mesma estrutura e dinâmica, as decisões alternativas, ou seja, uma estrutura unitária, mas atingem finalidades específicas. Elas constituem-se de posições teleológicas primárias — contidas no trabalho —, que se destinam ao intercâmbio orgânico com a natureza. E as posições teleológicas secundárias direcionadas à consciência de outros homens — são as posições práticas mediatizadas, produzidas pela divisão social do trabalho, as quais carregam consigo um caráter teleológico causal. Estas posições não pertencem à esfera do trabalho, mas atuam na manutenção e reprodução econômica da sociedade e no seu desenvolvimento global. Pode-se dizer, então, que os atos sociais realizam-se através de decisões alternativas, visto que cada vez que o homem empreende um projeto, tem de se decidir afirmativa ou negativamente diante do mesmo. As carências, as necessidades humanas exercem pressões sobre os indivíduos e, consequentemente, estes tomam decisões numa dada direção. Esta escolha está circunscrita a um leque de possibilidades reais, sendo que, diante delas, os homens escolhem e agem; caso contrário, correm o risco de arruinarem-se. Em última instância, os homens atuam, dirigem suas ações no sentido de não comprometerem a sua existência. E, para concluir este ponto, é mister lembrar que as posições teleológicas expressam todas as relações humanas, desde o trabalho e a linguagem até as objetivações do mais alto valor. É a partir delas que entendemos o conhecimento humano. A relação sujeito-objeto, enquanto relação típica do homem, é uma inter-relação entre o sujeito e o objeto — e vice-versa —, na qual nenhuma das duas componentes podem ser vistas separadamente.

Literatura citada

ADORNO, T. Tre Studi su Hegel. Bolonha, Il Mulino, 1971.

ARANTES, P. E. Hegel, a ordem do tempo. São Paulo, Polis, 1981.

- BIANCHI, A. M. *A pré-história da economia de Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- BORGES RODRIGUES, M. A. A Determinação do 'Momento Ideal' na Ontologia de G. Lukács. Tese de Mestrado. São Paulo. PUC, 1990. Tradução em anexo, p. XLII-XLIII.
- CHÂTELET, F. *Hegel*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.
- COUTINHO, M. C. *Lições de economia política clássica*. São Paulo, Ed. Unicamp/Hucitec, 1993.



Paulo, Grijalbo, 1977.

______. O capital. *Os economistas*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. V.1.

ROSENKRANZ, K. *Vita di Hegel*. Florença, Mondadori, 1974.

SCHUMPETER, J. A. *História del analisis económico*. México, Fondo de

Cultura Económica, 1971.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.

Os economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

RESUMO: O texto aborda a intrincada relação economia e filosofia, privilegiando como recorte os estudos econômicos de Hegel, revisitados na pena lukácsiana. Mostra, a partir das reflexões marxianas, a influência da economia política clássica na dialética tedesca. Coloca no centro de suas preocupações esta relação, procurando levantar os vários véus ideológicos que envolvem esta investigação. Para tal, avança nos pares dialéticos: teleologia/causalidade e liberdade/necessidade na busca de suas mediações na trajetória do idealismo subjetivo e objetivo e a filosofia da práxis de face materialista. O texto finaliza com a sistematização da categoria da teleologia levando em consideração sua matriz hegeliana para a síntese ocorrida em Marx.

ABSTRACT: The text focuses the complex relation economy/philosophy, highlightening economic studies, revised by Lukács's pen. It shows, based on Marx reflections, the influence of classic politics in the german dialetics. Underling the worries about this relation, tryng to riveal the many ideologic veils that involve such investigation. Thus, it analyses the dialetic pairs: teleology/causality and freedom/needs in searching mediaton in the way to the subjective and objective idealisme and the philosophy of praxis which has a materialistic profile. The text closes with the systematization on the teleology category taking into consideration its hegelian matriz to the synthesis ocurred in Marx.